

O nome: Identidade cultural do povo Ovimbundu¹

 Severino Canhola Dungue²

Recibo: 02.12.2024
Aceito: 19.12.2024
Publicado: 07.01.2025

Resumo: Abordar sobre o nome em umbundu tendo em conta a perspectiva da sua aplicação implica olhar para a importância que o mesmo representa para a cultura Ovimbundu. Deste modo, a análise procura aclarar a situação tendo em conta os sucessivos erros relacionados à grafia umbundu usada nas Conservatórias de Registo Civil em Angola. Estes nomes, de natureza Bantu-africano, têm sido alterados em função da escrita portuguesa e/ou em função da escrita imposta pela religião Católica e Evangélica. Pois, estes lugares em evidência desconhecem e/ou negligenciam a grafia do alfabeto das línguas nacionais. Assim sendo, este estudo surge com o objectivo de analisar os nomes dos Ovimbundu, tendo como base o alfabeto das línguas nacionais aprovado pelo Conselho de Ministros em 1987, e a harmonização da grafia do alfabeto das línguas Bantu de Angola. Assim, ao longo do estudo, compreender-se-á que o nome é identidade, é pertença da pessoa, não deve ser alterado graficamente, se assim acontece perde o sentido e a sua originalidade.

Palavras-chave: Povo Ovimbundu. Identidade Cultural. Alfabeto umbundu. O nome.

The Name: Cultural Identity of the Ovimbundu People

Abstract: Addressing the name in Umbundu, considering its application, involves looking at the importance it represents for the Ovimbundu culture. Thus, the analysis seeks to clarify the situation in light of the successive errors related to the Umbundu spelling used in the Civil Registry Offices in Angola. These names, of Bantu-African nature, have been altered based on Portuguese spelling and/or the writing imposed by the Catholic and Evangelical religions. The authorities in these locations are unaware of and/or neglect the spelling of the alphabet of national languages. Therefore, this study arises with the aim of analyzing the names of the Ovimbundu, based on the alphabet of the national languages approved by the Council of Ministers in 1987, and the harmonization of the spelling of the Bantu languages of Angola. Throughout the study, it will be understood that a name is identity; it belongs to the person and should not be graphically altered. If it is changed, it loses its meaning and originality.

Keywords: Ovimbundu People. Cultural Identity. Umbundu Alphabet. The Name.

Le nom: Identité culturelle du peuple ovimbundu

Résumé: Aborder le nom en umbundu, en tenant compte de son application, implique de regarder l'importance qu'il représente pour la culture ovimbundu. Ainsi, l'analyse cherche à clarifier la situation à la lumière des erreurs successives liées à l'orthographe umbundu utilisée dans les bureaux d'état civil en Angola. Ces noms, de nature bantoue-africaine, ont été modifiés en fonction de l'écriture portugaise et/ou de l'écriture imposée par la religion catholique et évangélique. Les autorités dans ces lieux ne connaissent pas et/ou négligent l'orthographe de l'alphabet des langues nationales. Ainsi, cette étude vise à analyser les noms des Ovimbundu, en s'appuyant sur l'alphabet des langues nationales approuvé par le Conseil des ministres en 1987, et l'harmonisation de l'orthographe des langues bantoues de l'Angola. Tout au long de l'étude, il sera compris que le nom est une identité; il appartient à la personne et ne doit pas être altéré graphiquement. S'il est changé, il perd son sens et son originalité.

Mots-clés : Peuple Ovimbundu. Identité culturelle. Alphabet umbundu. Le nom.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i1.2>

² Docente do Instituto Superior Politécnico Ndunduma (ISPN) - Angola/Bié. E-mail: secadungue410@gmail.com

Introdução

Em qualquer parte do mundo as comunidades de pessoas, por meio da fecundação nascem seus filhos e, deste modo, sentem a necessidade de nomear. No mundo são vários os nomes que se conhecem, mas o nome que se pretende tratar é o que faz parte do grupo etnolinguístico Ovimbundu, onde as pessoas conhecedoras da cultura se reveem e aceitam o nome. Assim sendo, o grupo que se pretende estudar está localizado no Centro Sul de Angola. Neste grupo, cada pessoa é detentora de um nome, deve respeitar e aceitar desde cedo o nome dado à ele.

Consta que, no passado os europeus imbuídos de ideias de flagelação das línguas e dos nomes tentaram a todo custo extinguir os nomes da cultura Ovimbundu e não só, onde Norton de Matos propagava com o seu decreto 77 de 1921, a proibição do uso das línguas Bantu e com esta proibição, os autóctones por meio da religião ao serem batizados eram obrigados a renunciar os seus nomes. Deste modo, a pesquisa apoiou-se no alfabeto das línguas nacionais produzido pelo o Instituto de línguas Nacionais de Angola e nos elementos da comunicação que guiaram as análises dos nomes que constam no corpus permitiram compreender a importância do nome na cultura Ovimbundu. Assim sendo, a pesquisa de ordem bibliográfica procura fazer uma incursão de consulta de obras para dar sustentabilidade a fundamentação do tema proposto.

Os Ovimbundu de Angola

Os Ovimbundu, pertencentes ao grupo Bantu, são povos majoritários em Angola. Para Fernandes e Ntondo (2002) a região africana situada a Sul do Equador é habitada quase na sua totalidade por povos Bantu, ou seja, chamam-se Bantu, ao conjunto dos povos da África Central, da África Oriental e da África Austral que, nas suas respectivas línguas denominam o ser humano, através do radical “*ntu*”. Deste modo, os Ovimbundu não fogem a esta realidade. Este povo, assim como os outros povos com quem partilha os traços genealógicos pertencem ao vasto grupo Bantu. Para Malumbu (2014), os Ovimbundu surgiram da fusão dos Proto Ovimbundu com os supostos Jagas e instalaram-se no Planalto Central de Angola nos séculos XVI e XVII. Porém, esta ideia, de chegada dos Ovimbundu, é refutada por Gomes (2022). Para este autor os Ovimbundu não migraram como afirma Malumbu. Pois, são povos miscigenados de vários povos como: Baluba, Matemba, Baxilele, marutzes do logo Niassa, árabe-swahili, assim como os vankhumbi, Ovambo bem como o Zulu.

O nome deste povo, segundo Malumbu (2014), deriva de “*mbu*”, que é uma partícula que designa ou exprime a qualidade do que é preto, negro ou escuro. E, por sua vez, a partícula “*mbundu*” do termo “*ombundu*”, significa nevoeiro. Portanto, esta palavra pode ser traduzida como os que surgem do invisível; os que surgem de modo inesperado; os que surgem de modo espontâneo; os que surgem do nevoeiro. Este povo, segundo Gomes (2022), é difícil saber desde quando o povo em causa passou a ser chamado de Ovimbundu. Quanto a sua localização, os Ovimbundu encontram-se concentrados no Planalto Central de Angola, mais concretamente nas províncias do Huambo, Bié e Benguela. Mas para Kapitango (2009), os Ovimbundu também podem ser localizados nalgumas pequenas comunidades das seguintes províncias: Kwanza Sul (Seles e Kasonge), Huila (Kakonda, Cikomba, Cipindu, Kalukembe, Kola, Ngalangi e Norte de Kilenge), Moxico e Kwando Kubangu. O Planalto Central recebe esta designação porque encontra-se no centro em relação ao resto do País, em função da sua altitude.

Em Angola, o órgão regente sobre os estudos e divulgação das línguas é o Instituto de Línguas Nacionais que em 1980 – pós-independência, teve o seu marco histórico sobre o estudo científico das línguas nacionais. Deste modo, este instituto publicou em primeira mão a obra “Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em línguas Nacionais” – esta obra tornou possível esboçar pela primeira vez, o sistema fonológico e projectos de alfabetos das línguas Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Oshikwanyama, Mbunda e Umbundu.

Mais tarde, em 1985, o mesmo instituto procedeu a revisão dos referidos sistemas

fonológicos e projectos de alfabetos. Deste modo, através da resolução nº 3/87, de 23 de Maio de 1987, aprovou, a título experimental, os alfabetos das línguas Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oshikwanyama, e as suas respectivas regras de transcrição fonética. Estes alfabetos, foram realizados no quadro de um projecto tripartido entre Angola, o PNUD e a UNESCO, denominado projecto ANG/77/009 – Desenvolvimento das Línguas Nacionais na RPA, orientado cientificamente pelo professor de nacionalidade maliana Boubakar Diarra.

Assim sendo, os Ovimbundu possuem uma língua e nela encontramos os sons que podem ser representados graficamente. Estes conjuntos de sons são chamados de alfabeto, que estão devidamente estruturados de vogais e consoantes. O alfabeto que será usado para corrigir os nomes, actualmente grafados com base a grafia católica ou evangélica, foi aprovado pelo ILN – Instituto criado em 1976, pelo governo de Angola, encarregue do estudo científico das línguas nacionais, da sua normalização e ampla utilização em todos os sectores da vida nacional, bem como do estudo da tradição oral. Deste modo, destacamos que, o alfabeto actual da língua umbundu usado pelo ILN é composto por 24 sons "a, mb, c, nd, nj, e, f, ng, h, i, k, l, m, n, ny, ñg, o, p, s, t, u, v, w, y". Os mb, nd, nj, ng, ny e ñg não são dígrafos, são por si só sons. E o encontro de uma vogal e semi vogar u+a se transforma em wa e i+a, ya. Deste modo, conclui-se que não há ditongos nesta língua, mas sim, contração de vogais conforme se pode destacar a baixo os seguintes nomes:

Tabela 1 – Caracterização de nomes, actualmente grafados com base a grafia católica ou evangélica, foi aprovado pelo ILN – Instituto de Línguas Nacionais

Nº	Grafia católica e protestante	Grafia do ILN
08	Cambenje	Kambenje
03	Canhohã / Canhola	Kanyohã
04	Cassoma	Kasoma
05	Cassova	Kasova
09	Cauia	Kawiya
07	Chivela	Civela
10	Dunva	Nduva
11	Jamba	Njamba
12	Ngueve	Ngeve
13	Tchimuco	Cimuku

Fonte: Instituto de Línguas Nacionais

Os nomes apresentados na primeira coluna espelham a maneira como são grafados nas conservatórias de registo civil em Angola tendo em conta o alfabeto católico e protestante, já na coluna a seguir foram corrigidos tendo em conta o alfabeto aprovado pelo ILN, mediante as seguintes regras: não se escreve C no lugar de K; não se escreve D, G e J por si só, mas sim Nd, Ng e Nj; o C representa o som de Tch; não se escrevem ditongos; não se escrevem duplo S e por último as palavras terminam sempre em vogais abertas.

Classificadores nominais

Para falar dos classificadores nominais, ou seja, prefixos nominais é importante compreender na globalidade o que eles são e identificá-los tendo em conta a sua posição na palavra. Pois, em regra geral, os prefixos são os afixos que se associam à esquerda, ou seja, no princípio da base do nome em língua Bantu.

Quando uma palavra detém um significado primário, acrescido um afixo prefixal altera consideravelmente o seu significado, dando assim a origem de uma nova palavra. Logo, isto acontece visivelmente na língua umbundu. Onde, de antemão, tem-se uma palavra primária e depois a palavra derivada tendo em conta do acréscimo do prefixo que vai originando outra palavra. Assim sendo, os classificadores nominais elementos determinantes nas palavras em línguas Bantu, o seu estudo foi apresentado pela primeira vez por Bleek, em 1862, na obra *Comparative grammar of South African languages*, onde o autor a partir de uma comparação classificou-as em Bantu. Na

relação de línguas revelou também a sua morfologia nominal, onde agrupou-as e enumerou-as em classes nominais. Diante disso, com base as línguas Bantu, percebeu que todas as línguas estão caracterizadas de pares que alteram no prefixo o seu significado “singular/plural”, (Okoudowa, 2005). Logo, os mesmos classificadores nominais em línguas Bantu desempenham um papel preponderante, visto que são eles que determinam a classe dos nomes para identificar-se o género, o número e o grau. O estudo destas classes nominais, conforme apresentado por Ntongo (2022, p. 70) tem o seu marco histórico nas obras dos autores como: Wilhelm Heinrich Bleek, Carl Meinhof, André Jean Meeussen, Malcolm Stewart Guthrie e William E. Welmers.

Nos estudos apresentados pelos autores mencionados, apenas Bleek (1869) Guthrie (1971) convergem quanto ao número de classes nominais, ao passo que dentre todos outros autores, mencionados, apresentam divergência das classes nominais. Importa dizer que todos os autores mencionados, apresentam os locativos nos seus estudos. Deste modo, como já foi apresentado nos estudos dos autores que se notabilizaram neste estudo, compreende-se que o termo classe é, por vezes, empregado para designar pares de classes em oposição singular/plural, que aqui coincide parcialmente com o que se chama “género”. Pois, uma classe nominal é formada por um conjunto aberto de nomes que determinam a concordância gramatical marcada essencialmente por prefixos nominais, por um lado, e por outro de concordância.

As línguas Bantu possuem um sistema de classes, caracterizados por prefixos. No entanto, essas línguas repartem os nomes num determinado número de classes. Cada morfema ou prefixo corresponde a uma classe bem determinada. Segundo Ntongo (2006, p. 32), “o prefixo nominal associa-se à lexema de tipo substantival para formar um substantivo que será inserido na classe a que pertence o prefixo”. Logo, esta característica dá-se o nome de prefixo de classe. O prefixo nominal é o classificativo que se coloca diante do morfema lexical, para dar a este último um sentido bem determinado e indicar a marca de número nas línguas Bantu.

Em umbundu o nome nunca se enuncia sem anexar a classe, excepto o nome próprio. Como se vê em todas as línguas Bantu. A língua umbundu caracteriza-se por apresentar uma estrutura de sistema de classes nominais com os seus respectivos acordos que vão de 18 prefixos, de 1 à 15 fazem oposição singular e plural ao passo que 16, 17 e 18 são as classes locativas que não apresentam oposições, como se pode, a classe 1 (u-, mu-, Ø) – singular e 2 (a-, ma-, va-) – plural, referem-se aos seres humanos e nomes de parentescos; 3 (u-) – singular e 4 (ovi-) – plural, refere-se aos objectos, variação tempo e partes do corpo humano; 5 (e-, i-) – singular e 6 (a-, ovi-) – plural, refere-se aos objectos, variação do dia e partes do corpo humano; 7 (oci-) – singular e 8 (ovi-) – plural, refere-se aos nomes no grau normal e exagero ou aumentativos dos substantivos; 9 (Ø-) – singular e 10 (olo-) – plural, refere-se aos nomes de animais, aves, alguns nomes de parentescos, e outros nomes; 11(olu) – singular e plural 10, refere-se aos nomes de insectos e de astros; 12 (oka-) – singular e 13 (otu-) – plural, refere-se aos diminutivo dos substantivos; 14 (u-) – singular e plural 6, refere-se aos nomes de líquidos, ocupações e adjectivos e 15 (oku-), classes dos de alguns nomes e é também os verbos no infinitivo, onde o plural faz-se classe 6. As classes 16 (pa-), 17 (ku) e 18 (vu- ou mu-) são os locativos.

Deste modo, importa elucidar que os nomes em umbundu são frequentes apresentarem-se na classe nominal 12 /ka/. Este prefixo especifica os diminutivos dos substantivos conforme se pode constatar nos exemplos a seguir:

a) - Kanyola “cobrinha”

/ o – ka – nyoha /

Au. Pn12 Bn

b) - Kasoma “pequeno soba”

/ o – ka – soma /

Identidade cultural

Todo e qualquer povo no mundo tem uma cultura que o identifica. Deste modo, nesta parte da pesquisa vamos tecer algumas considerações relativas a cultura dos Ovimbundu, onde de forma minuciosa apresenta-se mais abaixo. Contudo, na perspectiva de Laraia, citado por Sousa (2012, p. 23), afirma que, “o termo germânico «kultur» era utilizado para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa «civilization» referia-se principalmente às realizações materiais de um povo.”

Para Tylor, citado pelo mesmo autor, atesta que, a cultura é “todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” Assim sendo, o nome constitui uma herança social da pessoa, perpetua no tempo por meio do indivíduo, é parte integrante da cultura dentro de um grupo ou povo. No passado houve choque cultural entre o colonizador e colonizado durante a vigência da dominação colonial, na medida que o colonizador europeu promoveu a flagelação da cultura africana. Entretanto, por influência da oralidade a cultura africana resistiu e perpetuou-se até a actualidade. Logo, a identidade de um povo está expressa na cultura, é por isso que Sousa (2012, p. 26) afirma que, “a identidade cultural de um grupo étnico só é eficaz quando a língua prevalece; caso contrário, se um povo perde a sua língua, automaticamente perde a originalidade da sua cultura e passará a adoptar a cultura, ou parte dos valores da cultura do povo cuja língua assimilou”. A este respeito, é visível o que se pode constatar a influencia da língua portuguesa na grafia das línguas nacionais. Pois, sabe-se que no passado os europeus imbuídos de ideias de flagelação das línguas e dos nomes tentaram a todo custo extinguir os nomes da cultura em causa, onde Norton de Matos propagava com o seu decreto 77 de 1921, a proibição do uso das línguas Bantu.

É de salientar que, não se fala de cultura sem falar da tradição, na verdade, aqui, pretende-se apenas dar uma visão em torno da noção da tradição dentro da cultura dos Ovimbundu que têm a língua como seu principal veículo. No entanto, Dungue (2016) menciona alguns rituais, como os de adivinhação³, onde homens e mulheres têm a tarefa curar e proteger as pessoas das enfermidades que sofrem ou venham a sofrer. Para o efeito, os especialistas nessa matéria, através das suas práticas de fundo místico-esotérico, descobrem a fonte do mal e combatem-no de maneira que se restabeleça a coesão social. Pois, os rituais de iniciação constituem também parte da cultura Ovimbundu. São reservados aos iniciados (meninos e meninas) que, atingindo a fase da puberdade, eram/são obrigados a afastar-se dos seus familiares a fim aprenderem vários aspectos da vida.

No caso da chamada escola de iniciação masculina, segundo Roque, citado por Dungue (2016), a circuncisão representa apenas um símbolo da libertação do homem à vida infantil, ou seja, é a prova da preparação do homem a vida sexual, é também o sinal da pureza e da religiosidade, sendo que aquele que por esta etapa não passa, não é digno de ser encarado como homem, pois não está liberto das impurezas que acarreta, desde a fase do seu nascimento. Logo não é protegido dos deuses e, é privado de todos os privilégios.

No que diz respeito à iniciação feminina, Luhuma, também citado por Dungue (2016), afirma que a circuncisão de mulheres é chamada de *uso*, que depois deste acto tornavam-se mulheres palhaços, ou seja, *kaviyula*. Em conformidade com esta autora, acredita-se que elas chegam a ser mais perigosas do que os homens palhaços, cujo nome é *evamba*. Os que não fossem circuncidados eram e são chamados de *ocilima*, que significa homem sem valor.

³ Refere-se às adivinhações dos curandeiros e não dos feiticeiros (*olonganga*), que são maldosos.

O culto aos crânios reais é um outro aspecto da tradição oral Ovimbundu que merece a nossa atenção. Em relação a este assunto, Roque, citado por Dungue (2016) dá-nos a conhecer que é uma cerimónia em que se privilegia a preparação e conservação dos crânios nos *atambo*⁴, bem como a veneração de corpos conservados nos *akokoto*⁵.

No onjango⁶, lugar de muito respeito, é onde os jovens se reúnem todas as noites, à volta da fogueira, para ouvirem dos mais velhos os ensinamentos úteis para a vida de todos. Neste lugar, em ocasiões próprias, os textos de estilo oral (adivinhas, anedotas, canções, epopeias, contos, lendas, etc.) são utilizados como meios de ensino.

Tendo em conta os rituais apontados, é pertinente aflorar sobre a tradição oral ela que abarca conhecimentos de várias espécies. A propósito do assunto que se desenvolve, é importante assinalar que, assim como os outros povos do mundo, os Ovimbundu possuem um grande património material e imaterial, mas aqui, como se segue vamos detalha-se somente sobre o imaterial. Contudo, Dungue (2016) salienta que para os Ovimbundu, o nascimento de uma criança, por exemplo, é algo significativo entre os Ovimbundu, visto que um recém-nascido representa a continuidade da família. Após o seu nascimento, é-lhe cortado o cordão umbilical, que é enterrado dentro da casa onde é nascido, juntamente com a água do primeiro banho. Este acto significa que o homem veio do pó e do pó voltará. Lembre-se que, na ocasião, as pessoas envolvidas no ritual de nascimento da criança batem as palmas e dizem “ululu, ululu, ululu⁷! kalunga! kalunga” para darem as boas vindas ao novo membro da família. Neste momento, sendo uma ocasião de alegria, as pessoas envolvidas dançam. Alegrem-se pela vinda do novo membro da família. E ainda que não se faça acompanhar de música no momento da sua execução, mas as pessoas dançam em gesto de agradecimento. Deste modo, a criança não é nomeada logo que nasce, é nomeada depois de alguns dias conforme os ditames da cultura. logo, não há nomeação se não existir um ser novo, um bebé. Tudo que tem nome é porque existe.

O nome e sua relevância

Para que um indivíduo seja reconhecido na esfera social é, primeiramente, necessário que lhe seja dado um nome. O nome, segundo o Dicionário Língua Portuguesa Prestígio (2013), é o que é atribuído a um indivíduo e que antecede o nome de família no momento do baptismo ou nascimento, que pode ser: Prenome, nome particular com que se distingue cada um dos membros da mesma família; Cognome, nome de família.

Nomear é um processo tão antigo da humanidade. Na cultura Ovimbundu, a criança ao nascer recebe o nome dos pais ou de um familiar. Pois, o nome é património imaterial do indivíduo. Tirá-lo ou modificá-lo pela escrita, apaga-se a essência da pessoa que é vista como um ser social de uma determinada comunidade de pessoas que encaram o nome, respeitam, valorizam e revêem-se nele. Segundo Altuna (2014, p. 268), o nome “é como parte constitutiva, completa a pessoa, pois explica a natureza própria do ser individual, mostra a sua realidade e descobre a sua interioridade. Encerra alguma coisa da essência pessoal, até identificar nome e ser, faz parte da personalidade, revela o ser da pessoa.” Deste modo, percebe-se que ele não é um logótipo, é uma identidade, faz parte do ser da pessoa. A má utilização ou invocação acarreta problemas, podendo desencadear conflitos entre pessoas.

Com a chegada dos portugueses, na era colonial, na implementação das suas políticas, diabolizavam os nomes dos africanos, para eles, tanto a língua, a cultura, assim como nomes eram

⁴ Atambo é o lugar onde são conservadas as cabeças separadas do corpo de um Osoma Inene ou Osoma morto.

⁵ Akokokoto é o lugar sagrado onde são conservados os corpos dos Osoma Inene ou Osoma.

⁶ Geralmente, o onjango fica no centro da aldeia, onde todos os anciãos se reúnem para tratar de assuntos da comunidade ou mesmo para ensinar os jovens.

⁷ Ideófonos que simboliza exaltação.

de homens não civilizados⁸ e pagãos, tudo que caracterizava o Africano era diabólico. Estes europeus queriam abolir a todo custo a cultura que os negros detinham antes da chegada dos europeus em África. Pois, sabe-se que, a África já tinha uma estrutura cultural bem definida. Os africanos nunca precisaram dos brancos para serem civilizados ou que estes estruturassem as suas sociedades, contrariamente, foram os europeus que se apropriaram de certas situações; que na visão destes, todas as coisas dos negros eram más, mas que foram usadas à favor do europeu.

Na era colonial, o nome não representava a identidade do povo, mas sim, na visão do colonizador, representava paganismo. Se para alguns, o nome era de pagão, para outros o nome dava vida aos antepassados, estes não aceitavam que o nome fosse trocado no momento do baptismo dos filhos porque ele transcende a espiritualidade que liga os vivos e os mortos. Os nomes para os Ovimbundu, segundo Chimbinda (2009, p. 27) “representava a resistência cultural que se queria firmar diante da imposição impostas pelos missionários da época”. Pois, nesta época foi visível a prática de flagelação, sobre tudo, na questão da religião – O africano desde cedo tinha o seu próprio nome, mas os padres da época ao baptizarem os negros, automaticamente, retiravam o nome cultural de cada negro, e colocavam-no por imposição o nome de baptismo de origem europeia. A missão civilizadora era tão rude, que o negro não tinha tantas opções de escapar do açoite ou da evangelização.

Para Altuna (2014, p. 268), “a palavra que nomeou é sempre activa, o nome está carregado do dinamismo vital participado da comunidade. Por isso, a imposição de um nome obedece a motivações que afectam vitalmente tanto a pessoa como a comunidade.” Deste modo, para o europeu o nome de imposição, “habilitava” a pessoa como um ser não diabólico. Logo, a pessoas que era nomeado outro nome, pela força, alterava-lhe a sua e a história da família e, de certa forma, os negros não aceitavam tais nomes e provocava revolta de muitos por não se reverem nos mesmos nomes. Negavam o baptismo para que os seus nomes não lhes fossem ocultados porque a religião imposta aos negros não os representava, pois, o negro desde muito cedo, antes da presença do branco, acreditou/acredita numa força invisível do qual considerou/considera como Deus – Nzambi Kalunga, Kalunga, Ñgala, Suku. Assim sendo, povo Ovimbundu tinham/têm uma forte crença em Deus. Tal como o nome de Deus acarreta respeito e veneração, os Ovimbundu vêem também os nomes das pessoas como forma veneração e de dar continuidade ao legado físico da pessoa, ou reverenciar um ente querido. O nome “situa o homem no grupo; é a denominação que permite reconhecê-lo, o sinal da sua situação, da sua origem, da sua actividade, das suas relações com os outros” Altuna (2014, p. 268).

O nome dos Ovimbundu resistiu durante o período de dominação colonial. como se pode constatar, Chimbinda (2009) aponta três razões cruciais que tentaram influenciar o desaparecimento dos nomes em umbundu. Primeiramente, a religião foi a grande impulsionadora de abolição dos nomes. Isto ocorria no momento em que os filhos dos *Ovimbundu* eram submetidos ao baptismo; segundo, os lugares de registo civil detinham o poder de nomear, as autoridades tradicionais tinham a missão de informar às administrações as crianças nascidas nos seus territórios. No acto do registo civil os nomes locais passavam pelo filtro da compreensão e critério dos portugueses; terceiro, era a questão da fonética da língua. Alguns nomes eram substituídos pelos nomes em português porque não só recordavam a língua umbundu como também eram foneticamente considerados impronunciáveis. Nomes que não soavam bem – na visão do português, não eram aceites, automaticamente eram substituídos por outros nomes. Exemplo: Nangoya – Gomes, Citina – Cristina.

Para o Bantu, o nome nunca morre. Morre o corpo, mas nunca o nome, pois o nome passa de geração à geração, por meio de nomeações. Ele por sua vez, pode ou poderá desaparecer quando o portador do mesmo tenha em vida uma vivência não muito boa. As pessoas com receio que o filho

⁸Para os europeus a civilização consistia apenas em progressos materiais, em formação cívica.

venha ter os mesmos comportamentos, abstêm-se em colocar qualquer nome ao próprio filho. Deste modo, na cultura Ovimbundu, a criança não é nomeada assim que nasce. Ela apenas recebe o seu nome depois de alguns dias de vida. Esta criança faz parte do grupo a partir do momento que ela é nomeada. Cabe o direito de escolher o nome o pai da criança, quando o primeiro for um menino; a mãe nomeia quando é uma menina; mas em certas situações, precisará da autorização do marido para a esposa nomear algum parente de sua parte. Altura (2014, p. 269) advoga que, “em Angola, há grupos onde quem escolhe o nome é a avó. Noutros, se é menino, o pai dá-lhe o nome de um antepassado; o mesmo faz a mãe. Às vezes, escolhe-o a parteira que anuncia no dia seguinte com rito.”

As circunstâncias do nascimento determinam o nome do recém-nascido, é fundamental na nomeação. A cultura Bantu é totalmente diferente da cultura europeia, onde a colocação do nome obedece a outros critérios como escolher numa revista ou algo parecido. Já o nome africano – Bantu, é circunstancial, momentâneo, o filho leva consigo um nome significativo dele em função vivência da família, a situação em que a criança nasce. Estas circunstâncias caracterizam ou determinam o nome da criança que nasce. Por exemplo: a criança que nasce no meio de conflitos familiares, recebera o nome em função deste conflito, a que nasce depois de vários enterros de filhos que uma mãe faz, o novo membro nascido levará o nome em função dessas mortes - Kanyohã, Kamuku, Civole -, nasce num determinado lugar ou época, leva o nome relacionado ao lugar - Kavita (época de guerra), Cilombo (acampamento).

Cada nome é escolhido com base os padrões culturais de cada povo. Mas para os missionários, os Ovimbundu aos serem baptizados tinham de levar nomes de Santos da Igreja Católica. Como atesta Chimbinda (2009), não havia padrões que orientavam a colocação dos nomes, a bússola orientadora era de extinguir os nomes locais. Assim sendo, na cultura ovimbundu o nome perpetua a vida da comunidade, do clã, ou de um determinado antepassado, é a continuação da linhagem do indivíduo. A atribuição do nome é por casualidade, é preciso que os pais tenham atenção na atribuição do nome. Pois, as características da pessoa que é nomeado podem muitas vezes passar para o novo ser nomeado. Logo, se no momento de registo da criança num determinado posto de registo o nome é alterado graficamente, a alteração do nome implicará alteração do significado e estará desprovido de mensagem. No entanto, os nomes resistem no tempo, tal como a língua, a cultura e os hábitos e costumes, por se caracterizarem como património cultural imaterial, se porventura os nomes, as línguas e as culturas fossem matérias, seria uma prova irrefutável à cultura africana. Bastava que os europeus pegassem no património cultural e deitassem-nos nas profundezas do mar. Logo, não haveria como provar e já mais saber-se-ia o paradeiro do património cultural africano. Assim, se pode mostra que estes nomes resistiram ante hoje, conforme se pode constatar.

A título de exemplo temos o nome: Kanyohã (Cobrinha) não “Canhohã”, que não significa nada para a cultura Ovimbundu; Kasoma⁹ (Soba Pequeno), e não “Cassoma¹⁰”.

Aqui, Ka – representa o Prefixo nominal de classe 12 (especifica o diminutivo na língua Umbundu).

O-Nyohã – nome, [o: aumento – ø: morfema PN9 – Nyohã: TN], Onyohã, encontra-se no grau normal. Quando junto do prefixo KA representa o diminutivo - Okanyohã.

Okanyohã / O – Ka – nyohã / cobrinha

Oum Pn12 Tn

Interpretação dos nomes em umbundu

⁹ Nunca substituir o “C” no lugar de “K”.

¹⁰ Nas línguas bantu não existe digrafo, exemplo o duplo “SS”.

Como já foi dito anteriormente, nome não é algo simples colocado sobre o indivíduo, o nome é mais que isso, é a representação de uma pessoa, família, tribo ou clã. Ele protege, dá vida e acarreta consigo uma mensagem para as pessoas que são caracterizadas de receptores da mensagem. Quando chamamos ou ouvimos qualquer nome, não se tem noção do significado e importância que o nome carrega consigo. A respeito, Altuna (2014, p. 268) diz que, o nome “pela sua origem concreta não só nomeia, mas explica. É mais que um sinal. Transforma-se numa figura simbólica.”

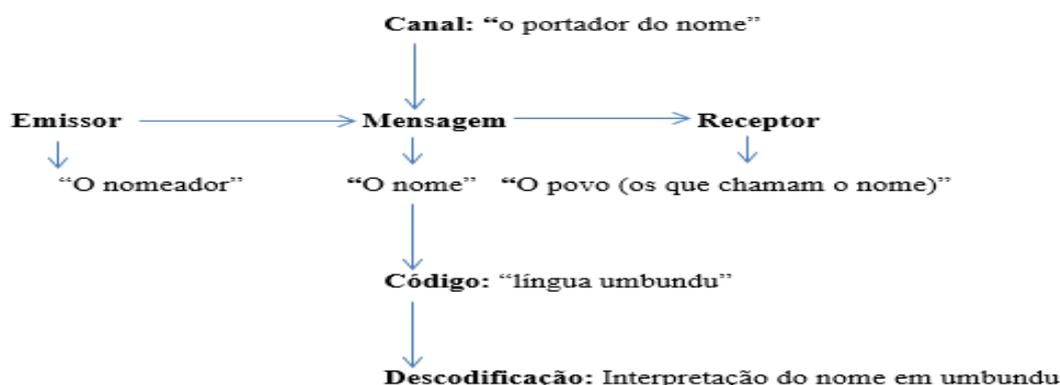
Para Léve-Strauss, citado por Calvet (2011, p. 92),

“o nome é uma marca de identificação, que confirma, pela aplicação de uma regra, a pertinência do indivíduo que nomeia a uma classe pré-ordenada (um grupo social num sistema de grupos, um status natural em um sistema de status); no outro caso, o nome é uma livre criação do indivíduo que nomeia e que exprime, por meio daquele que nomeia, um estado transitório de sua própria subjectividade. Portanto, nunca se nomeia: classifica-se o outro se o nome que se lhe dá por função de caracteres que ele possui, ou classifica-se a si próprio.”

O mesmo autor, citado por Calvet (2011, p. 94), salienta que, “aquele que é nomeado e aquele que nomeia, o doador e o portador do nome, e o nome é uma mensagem que, ao longo de toda sua vida, dirá alguma coisa sobre o nascimento do portador (...)”. Logo, o nome na cultura Ovimbundu não está semanticamente vazio, ele traz consigo significação, pois representa a continuidade de uma família, representa a história de alguém, de uma família, de um grupo ou povo, ou seja, o nome dado protege a criança. Deste modo, o nome dado é portador da vontade de influenciar a sorte, de conjurar os auspícios nefastos: ele é simultaneamente proteção e mensagem. (Calvet, 2011).

Conforme a afirmação acima, apoiando-se as ideias de Calvet, trazemos aqui, os elementos que fazem parte do processo de comunicação. Antes de mais, a comunicação é o processo de transmissão de pensamentos, sentimentos e emoções dos indivíduos que vivem numa determinada comunidade. Este processo de comunicação é feito pela fala ou pela escrita, e nele existe os elementos operacionais da comunicação. Assim sendo, é sabido que, na operação da comunicação encontram-se os seguintes elementos: emissor, receptor, mensagem, canal, código, descodificação e o referente, mas aqui, vamos agrupar apenas alguns que são imperativos para essa análise. Deste modo, *emissor*, é o indivíduo nomeador do nome; *receptor(es)*, são os indivíduos que ouvem ou chamam pelo nome; *mensagem*, é o nome do indivíduo nomeado; *canal* é o indivíduo portador do nome; *código*, a língua que faz parte o nome (umbundu); *descodificação*, interpretação que se tem do nome.

Ilustração 1 - Interpretação dos nomes em umbundu



Fonte: Elaborado pelo autor.

Aqui vamos analisar os nomes tendo em conta os elementos da comunicação apresentado no esquema, de modo a permitir encontrar a significação dos nomes na cultura Ovimbundu e entendê-lo. Todavia, serão analisados apenas dois nomes da cultura Ovimbundu: Capwakiso e Kanyohã.

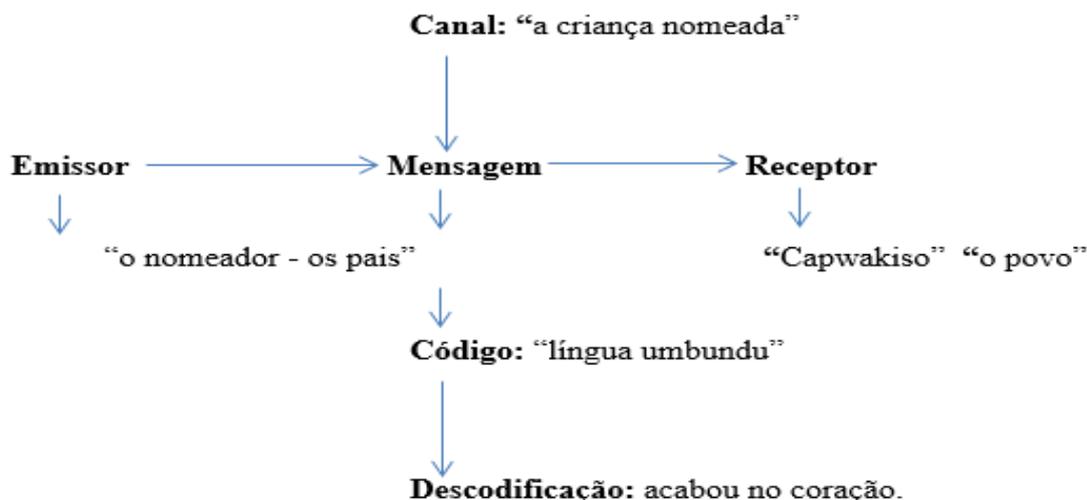
Assim sendo, primeiramente, analisaremos o nome “Capwakiso”. Okupwa e em seguida o nome Kanyohã.

Nome: Capwakiso

O nome Capwakiso, grafado "Tchapuakiso" é uma maneira errada usada pelas conservatórias, tendo em conta a grafia dos religiosos, – o nome é característico na cultura Ovimbundu, advém do verbo “okupwa /o – ku – pu - a” e do substantivo “iso”. É também um trecho de um provérbio “Capwakiso kutima ako cili – o odio acabou nos olhos, mas no coração permanece”. O nome Capwakiso contém os seguintes morfemas: /Ca-pwa, forma verbal no pretérito perfeito, na forma afirmativa – Ko, locativo de classe 17, exprime direcção, lugar em referência – Iso- olho/.

O nome, Capwakiso, é dado a alguém que, durante a gravidez da mãe, os familiares de ambas partes encontravam-se em estado contenda. Neste período da gravidez, os familiares não se cruzavam – ninguém ia à casa do outro. No momento que a criança nasce, congrega-se novamente as duas famílias, a parte paterna e a materna do recém-nascido. Neste momento de alegria, pelo nascimento da criança, os familiares esquecem a contenda. Neste caso, percebe-se que, o nome para além de ser um provérbio representa também a história de vivência da família, o mau estar entre as partes, logo, é ultrapassada a contenda com o surgimento do novo ser da família. Dai invoca-se o Provérbio "capwakiso kutima hakocili", que a raiva não termine apenas nos olhos, que termine também no coração.

Ilustração 2 - Interpretação do nome "capwakiso" em umbundu



Fonte: Elaborado pelo autor

Nome: Kanyohã

O nome Kanyohã (cobrinha), grafado na conservatória "Canhola" – é, também um nome, característico na cultura Ovimbundu, advém nome “Onyohã” “Okanyohã /o – ka – nyohã/” O nome Kanyohã contém os seguintes morfemas: /Ka – PN12¹¹, nyohã - TN¹²/.

O nome, kanyohã, é dado a alguém que sucede aos irmãos falecidos. Um casal de tanto nomear os seus parentes e os filhos acabam sempre por morrer. O casal fica farto em nomear alguém que não chega a durar em vida. Deste modo, para não voltar a nomear alguém e acabar por morrer, decidem nomear algo insignificante, como uma cobrinha - Okanyohã. E por ser mesmo

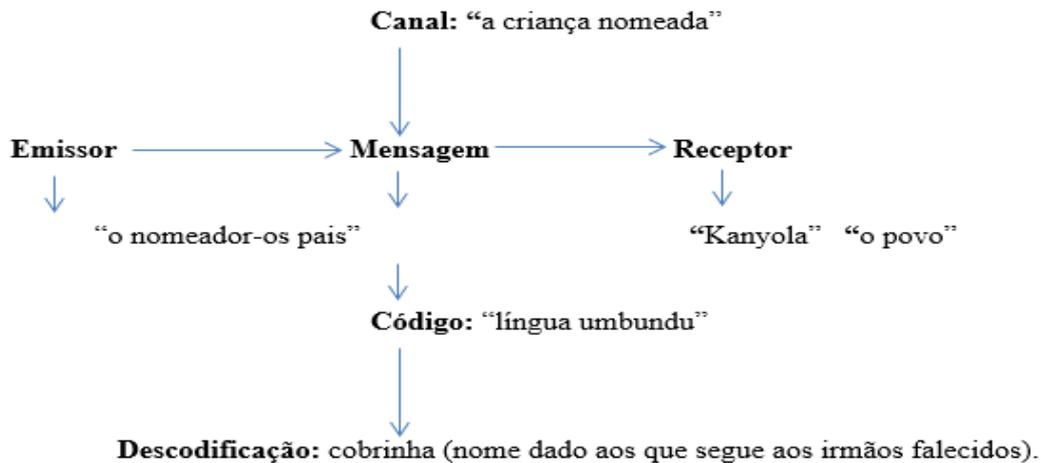
¹¹ Prefixo Nominal de classe 12. Representa o diminutivo dos substantivos em língua umbundu.

¹² Tema Nominal

insignificante, abeira da morte, todos desprezam-no.

As pessoas, como é o caso das crianças, pouco respeitam as cobrinhas, é algo muito pequeno, que pode ser morto por qualquer um. E por ironia do destino, esta criança nomeada com um nome tão insignificante acaba por sobreviver. O que era insignificante passa a ser algo útil aos olhos da comunidade. O que era tristeza para o casal, passa a ser alegria. A vida deste ser passa a ser uma bênção para os pais.

Ilustração 3 - Interpretação do nome " *Kanyohã*" em umbundu



Fonte: Elaborado pelo autor

Conclusão

Terminando, percebe-se que no passado, assim como hoje, atribuir o nome Umbundu ao filho é uma questão de preservação da identidade, de afirmação e orgulho uma vez que no passado o nome umbundu causava vergonha, era nome considerado de pagão, de gentios e pessoas não civilizadas. Os portugueses tinham a intenção formar um estado português unificado em Angola. Por isso a intenção de interferir na esfera dos nomes era tão cerrada. A ideia principal do colono não era somente de evangelizar. A civilização do povo era o seu principal motivo, mas para isso tinham de combater e decretar guerra para a exclusão total dos nomes e das línguas dos nativos.

Sabe-se que, a atribuição dos nomes em África é diferente em relação à Europa. Chimbinda (2009) aclara que, os Ovimbundu sempre que atribuísem os nomes nas línguas locais aos seus filhos o português tudo faziam para que o nome não constasse no registo de nascimento da criança. A presença dos portugueses, com a evangelização levada a cabo pelos missionários os nomes não eram aceites no momento do baptismo dos filhos dos negros. Com a presença dos europeus, os nomes, suas composições sofreram grandes mudanças sem precedentes. As pessoas passaram a ter nomes autóctones e dos colonizadores.

Na época que se proliferava a ideia de que, quem não tivesse o nome de santos era tido de gentio. Tinha de ser baptizado para sair do paganismo e ter um nome civilizado. Alguns deixavam baptizar os seus filhos, outros não. Preferiam viver e continuar com os seus nomes da cultura Umbundu. Muitos, hoje, têm os nomes em português porque não queriam ser considerados de atrasados. Mas hoje é diferente, precisamos nos reerguer e abraçarmos os nossos nomes, que nos identificam e preservam a nossa cultura.

Contudo os pais na cultura Ovimbundu ao colocarem um nome ao seu filho sabem desde já a importância que o mesmo acarreta. Não é em vão a atribuição deste ou qualquer nome. Ele trás à superfície recordações de alguém que se foi ou ainda vive, perpetua a pessoa. Um nome é uma

mensagem de uma família, de um grupo ou de uma comunidade. Ao ser nomeado levará consigo uma história que não deverá ser abolida tão facilmente. Porque abolir o nome, é abolir a história de um grupo, de uma família ou a vivência de alguém.

Logo, um nome trás consigo elementos intrínsecos que são apenas percebidos com base a percepção e conhecimento da língua. Ao se analisar tais nomes, tem-se como apoio fundamental os elementos da comunicação - Emissor, receptor, canal, código e descodificação. Cada um destes elementos é um operador de compreensão significativo do nome Umbundu ao indivíduo.

Sabe-se que no passado os europeus imbuídos de ideias de flagelação das línguas e dos nomes tentaram a todo custo extinguir os nomes da cultura em causa. Norton de Matos propagava com o seu decreto 77 de 1921, a proibição do uso das línguas Bantu. O nome não é um logótipo, é uma identidade, faz parte do ser da pessoa. A má utilização ou invocação acarreta problemas, podendo desencadear conflitos entre pessoas.

Referências bibliográficas

- Altuna, Pe. R. R. A. (2014). *Cultura tradicional bantu*, (2ª edição). Editora Paulinas.
- Calvet, L. J. (2011). *Tradição oral e tradição escrita*, Parábola Editorial.
- Chimbinda, J. S. F. (2009). *O Nome na Identidade Umbundu- Contributo Antropológico*, Editora E.T.U.
- Chimbinda, J. S. F. (2015). *Okuluka Kwetu - Contributo Antropológico*, Editora E.T.U.
- Dicionário de Língua portuguesa. (2013). *Dicionário de Língua portuguesa Prestígio*. Luanda.
- Dungue, S. C. (2016). *O Simbolismo do Cágado nas Narrativas Oraís Ovimbundu – o Caso do Município da Ekunya*. (Trabalho apresentado para a obtenção do grau de Licenciatura). FLUAN, Luanda.
- Fernandes, J. e Ntondo, Z. (2002). *Angola: Povos e línguas*, Editora Nzila.
- Gomes, A. J. (2022). *Os Ovimbundu Pré-Coloniais – Contribuição para o estudo sobre os Plnáticos de Angola*. Mayamba Editora.
- Kapitango, J. F. (2006). “*Sistema Fonético e Fonológico na Língua Umbundu – na Variante Mbalundu*”, in Trabalho de Fim de Curso de Licenciatura, apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais para obtenção do grau de licenciado, FL e CS /UAN, Luanda,
- Kapitango, J. F. (2012). *Vangula Kwenda Sonehã elimi Lyumbundu - Material de apoio ao estudo da Língua Umbundu*, ICRA.
- Kukanda, V. (2013). *Notas de Etnolinguística e Dialectologia*, Material de Apoio dos Estudantes da FLUAN, Luanda.
- Malumbu, M. (2014). *Os Ovimbundu de Angola: Tradição - economia e cultura organizativa*, Vivere In, Roma.
- Sousa, F. (2012). *Etnografia de Angola*, Mayamba Editora.